

TRAJETÓRIA DAS UNIVERSIDADES NA EUROPA E O CONTEXTO HISTÓRICO DA DECLARAÇÃO DE BOLONHA

João Francisco do Lago Rodrigues¹

RESUMO

Este trabalho concentra-se nas questões organizativas do nascimento da universidade com instituição e sua trajetória histórica, considerando os aspectos políticos, econômicos e sociais que orbitam essa instituição. Também faz uma análise de sua importância social realçada com as recentes transformações do ensino superior europeu posto em marcha por meio do Processo de Bolonha, correspondente a uma significativa transformação no âmbito educacional superior europeu e irradiada para outros países fora da União Europeia. O propósito foi ressaltar a relevância da universidade como instituição determinante para o desenvolvimento e manutenção do ambiente laboral mais sofisticado.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino Superior; Processo de Bolonha; Universidade.

¹ Doutor em Educação pela Universidade de Burgos/Espanha (validado pela Universidade de Minas Gerais - Programa de Educação conceito 7); Diploma de Estudos Avançados, pela Universidade de Valladolid/Espanha; Mestre em Sociologia, pela Universidade Federal de Sergipe; MBA em Gestão Empresarial, pela Fundação Getúlio Vargas. E-mail: professorjoalago@yahoo.com.br

ABSTRACT

This work focuses on the organizational issues of the birth of the university and its historical trajectory considering the political, economic and social aspects that orbit this institution. It also makes an analysis of its social importance highlighted with the recent transformations of European higher education, set in motion through the Bologna Process, corresponding to a significant transformation in the European higher educational scope and spread to other countries outside the European Union. The purpose was to emphasize the relevance of the university as a determining institution for the development and maintenance of the most sophisticated work environment

KEYWORDS

Higher Education; Bologna Process; University.

1 INTRODUÇÃO

A Universidade é uma Instituição singular e, em sua trajetória, tem experimentado ajustes em seu propósito e na sua função social, revelando uma identidade dinâmica que, sem sombra de dúvidas, tem relevante papel na evolução da humanidade, tanto no que se refere à manutenção moral, ética, política e social, quanto para a produção de conhecimento por meio da investigação científica. Isso nos leva a crer que ela enquanto instituição se constitui em um componente vital para o avanço do Estado e o bem-estar social.

Sem dúvida, podemos atribuir ao *Processo de Bolonha e a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior*², o legado de promover a maior transformação das universidades em todo o mundo em sua história recente. No entanto, transformações na Universidade não é algo novo e vêm ocorrendo ao longo da história e podem ser divididas em três fases principais. A fase da antiga Universidade; a fase da Idade Média e a fase Moderna da Univer-

2 O Processo de Bolonha e o Espaço Europeu de Ensino Superior. Disponível em: https://www.uc.pt/candidatos-internacionais/sistema_graus/processo-bolonha. Acesso em: 18 fev. 2021.

sidade. Este último influenciado pelo Iluminismo e pelos ideais da Revolução Francesa.

Atualmente, as transformações são protagonizadas pelo Processo de Bolonha parece gerar uma nova configuração da Universidade para atender às demandas advindas da sociedade global, caracterizada pela sociedade do conhecimento e, sobretudo, das demandas geradas pela necessidade de mão de obra para atender postos de trabalho mais sofisticados em decorrência do avanço tecnológico. Veremos, portanto, de forma mais detalhada essas fases.

2 NASCIMENTO E TRAJETÓRIA DA UNIVERSIDADE

Desde a antiguidade, a Universidade tem uma história de mudanças e evolução na sua constituição e função social. Esteve sob o controle de grupos com características distintas nas diferentes sociedades em que foi incorporada e em diferentes momentos.

Apesar de não se constituir como uma universidade na concepção atual, podemos conceber sua origem na Grécia Antiga, no século V a.C, quando surgiram os primeiros professores remunerados, embora ainda não atuassem em uma instituição com características de escola. O método usado por esses professores poderia ser definido como uma preceptoria coletiva, por si mesmo responsável pela formação integral dos jovens a quem foi confiada a sua instrução. Nos séculos que se seguiram, a educação grega se converteria em um complexo conjunto de estudos contínuos, desenvolvidos por meio da retórica, da filosofia e da medicina. Com o advento do cristianismo as escolas laicas foram substituídas por escolas religiosas, que se tornaram um meio único de aquisição e transmissão de cultura, sobretudo a cultura religiosa (MOUSNIER, 1957).

Ao se ter em conta o conceito moderno de Universidade, assume-se que as primeiras universidades europeias foram as de Bolonha e Paris, seguidas de Oxford, Cambridge e Montpellier. Durante o século XIII, uma série de outras universidades surgiram espontaneamente na Europa, como: Itália (Vicenza, Arezzo, Pádua, Vercelli e Sie-

na), França (Orleans e Angers), Espanha (Palencia - Valladolid). A espontaneidade do surgimento dessas instituições e a importância que foi adquirindo despertou o interesse das autoridades por um maior controle sobre elas.

Como resultado de uma necessidade política, surgiu um grupo de universidades criadas pelas autoridades papais, imperiais ou reais. São elas: a Universidade de Nápoles em 1224, Toulouse em 1229; as verdadeiras universidades espanholas: Palencia 1212 '1214, Salamanca em 1230, Sevilha em 1254; em Portugal: Coimbra, fundada em 1290 (JANOTT, 1992).

Originalmente essas instituições eram chamadas de *Studium générale*, agregando professores e alunos dedicados ao ensino superior em qualquer área do conhecimento. Mas com a agitação urbana e cultural da Idade Média, logo se tornou uma referência universal para o estudo do conhecimento, para todas as ciências, e o nome *Studium générale* foi substituído por *universitas* (BECKER, 1973).

Ainda que, a Universidade, na concepção cristã, tenha sido a ferramenta para recuperar, preservar, incorporar e assimilar o mundo moral, político, jurídico, literário e artístico, criado pela Grécia e Roma, seu caráter canônico provocou reações e a necessidade de se estabelecer um debate mais aberto a partir das teorias dos antigos gregos (COTRIM, 2007).

A Universidade Medieval que se caracterizava principalmente por ser considerada uma sociedade autônoma, mas, tanto os professores quanto os alunos, estavam sujeitos aos tribunais eclesiásticos que, em última instância, tomavam as decisões importantes. No entanto, isso foi considerado um privilégio para esta corporação de elite. A língua utilizada foi o 'latim' que se constituiu como língua comum e permitiu a comunicação em geral, preservando a unidade de pensamento entre outras. A metodologia que se caracterizou pela análise de textos sob diferentes pontos de vista: gramatical, jurídico, filosófico, linguístico, enfatizando o debate perante uma plateia de professores e alunos, muitas vezes dando origem a tratados.

Do ponto de vista econômico, os recursos vinham das propriedades que mantinham o poder ou o pagamento dos alunos. A estrutura era muito pequena, de natureza privada e administrada de forma independente por membros da comunidade

universitária. Esse modelo permaneceu até o final do século XVIII, sem modificações. É importante assinalar que, até esse momento, a riqueza intelectual não era a característica mais relevante das universidades antigas. Na Europa, o Iluminismo, as academias científicas, até a Enciclopédia, surgiram fora das universidades.

A criação do 'Estado-nação' dá início a uma nova fase do sistema universitário europeu e conduz ao controle do Estado, que atribui a estas instituições a tarefa de formar profissionais para a nova era industrial que se iniciava. Nesta nova fase, três modelos de universidade emergem na Europa: o modelo alemão, francês e britânico. O modelo alemão deriva do idealismo alemão, considerando a investigação como objetivo básico da universidade. As universidades são transformadas em centros de informação científica, controlados pelo Estado no seu funcionamento e financiamento, mas com grande respeito pela liberdade acadêmica. O modelo francês concebe a Universidade como um órgão do Estado e sua finalidade era satisfazer a necessidade de formar funcionários públicos e promover o desenvolvimento econômico da sociedade, criando uma elite essencial para o funcionamento do Estado, incluindo os professores. Nesse modelo não há autonomia universitária, uma vez que seus objetivos e currículo são os mesmos em todo o país, determinados pelo Estado. O modelo britânico, assim como o francês, é impulsionado pela demanda de profissionais qualificados para o trabalho, porém, mantém suas características medievais, ou seja, as universidades continuaram privadas do ponto de vista jurídico. Implantaram-se então as 'Universidades Civis', o que, aliado à tradição das antigas universidades, permite a instalação de conselhos de administração, compostos por 'não acadêmicos' e presididos por um reitor (HORTALE; MORA, 2004).

3 A FUNÇÃO DA UNIVERSIDADE NA ATUALIDADE

Em sua história recente, a Universidade passou por profundas mudanças na definição de sua função social. Como se observou, a educação está agora no centro de uma metamorfose capitalista cujo desenho

inclui, também, a produção de ideias e, portanto, uma visão de mundo que engloba toda a sociedade em um sentido, caracterizado por Ianni (1999) como 'Um processo de civilização'. Nesse processo, a economia, a ciência, a cultura e, sobretudo, a educação, trabalham juntas dentro dos parâmetros da lógica do capital e da criação de um novo método que se expande freneticamente nos espaços físicos e mentais.

Consequentemente, a escola e seus instrumentos atuam na razão instrumental de acordo com as conveniências capitalistas. Com efeito, a redução do papel do Estado a partir dos anos 1990, atingiu a universidade e impôs um difícil processo de adaptação. Para Chauí (2000), esse processo provocou uma transformação que ela denomina de 'Universidade Operacional' que a levou a uma aproximação com o universo empresarial, o que a obrigou a se inserir em uma lógica material caracterizada pela busca de recursos no mercado, em particular por meio da prestação de serviços e do desenvolvimento da investigação aplicada³.

Essa nova universidade, segundo Chauí (2000), foi estruturada por estratégias e eficácia organizacional. Além disso, segundo ela, entrou em processo de perda de autonomia substituída pela heteronímia, com maior submissão às leis do mercado. Neste contexto, destaca-se o processo de 'conciliação' entre a função social da universidade e os interesses da empresa. Isso concebe um novo status à universidade caracterizado pela substituição da condição de 'Instituição' para a condição de 'Organização'. A diferença é que, enquanto a instituição tem a sociedade em seu princípio e referência, a Organização só tem a si mesma como referência em um processo de competição com outros que estabelece os mesmos objetivos particulares.

Isso, de acordo com Chauí (2000), faz parte da transformação geral da sociedade, sob os efeitos da nova forma de capital que se deu em duas etapas, na primeira caracteriza-se como Universidade 'Funcional' e, na segunda fase, como 'Universidade Operacional'. A 'Universidade Funcional' foca na formação rápida de profissionais como mão de

obra qualificada necessária ao mercado de trabalho, para isso, alterou seus planos de estudos, programas e atividades para garantir a inserção dos alunos no mercado de trabalho.

A nova Universalidade Operacional, caracterizada como uma organização, que se dedica como estrutura de gestão e arbitragem de contratos. Na avaliação global de Chauí, a Universidade operacional será regida pelos contratos e será avaliada pelos seus índices de produtividade. Também será estruturada por estratégias e eficácia organizacional, regida por normas-padrão, pulverizada entre as micro organizações ocupadas por docentes e discentes propensos às demandas externas ao trabalho intelectual.

Neste contexto, a qualidade universitária se define pela competência e excelência, cujo critério é a satisfação das necessidades de modernização da economia e desenvolvimento, medido pela produtividade, norteado por três critérios: quanto produz uma universidade; quanto tempo leva para produzir e quanto custa o que produz.

Nessa lógica não se questiona sobre: o que é produzido, como é produzido, para quem ou quem o produz. Todos esses aspectos levam a universidade a desenvolver um novo perfil, cujas características se inscrevem na lógica do mercado de forma indissociável de outros processos que envolvem sistematicamente todo o setor econômico e produtivo, como indica o cenário da segunda metade do século XX. A universidade, portanto, foi chamada a contribuir com sua cota nesta nova etapa do modelo de produção capitalista.

4 A UNIVERSIDADE NO CONTEXTO DO PROCESSO DE BOLONHA

A cidade de Bolonha, além de ser conhecida por ter a universidade mais antiga da Europa e a terceira do mundo, tornou-se ícone do ensino superior europeu por meio da Declaração de Bolonha, assinada em 1999, que deu origem ao Processo de Bolonha, cuja finalidade era uma reestruturação do ensino superior europeu envolvendo até o ano de 2010, cerca de 29 países signatários, seguido por outros durante os anos seguintes.

³ A investigação aplicada tem o propósito gerar conhecimento para a aplicação prática e, principalmente, para a solução de problemas previamente definidos. Em geral essas pesquisas são financiadas por instituições de fomento ou privadas.

Segundo Hortale e Mora, (2004), quando se iniciou o processo de Bolonha, as principais características do ensino superior europeu não mudaram muito mais do que o descrito no modelo moderno. Apesar da predominância de instituições públicas, o número de instituições privadas já era muito significativo, principalmente em alguns países do sul da Europa, embora o número de alunos matriculados fosse proporcionalmente baixo. Na maioria dos países, com exceção dos anglo-saxônicos, os professores eram funcionários públicos e eram mantidos por fundos públicos. No que se refere à autonomia universitária, esta, na maioria dos países, era definida por lei, embora o âmbito da liberdade acadêmica fosse muito limitado.

De acordo com Hortale e Mora, (2004), tendo em vista a configuração apresentada, no final de 1990, a estrutura do ensino superior na Europa parecia insuficiente para atender às demandas da sociedade emergente. Tal foi evidenciado pela ausência de ensino superior no processo de integração europeia, mantida de acordo com os tratados da União Europeia (EU), que atribuíam essa função aos Estados-Membros. Além disso, havia um distanciamento da Universidade com as demandas da sociedade.

Para completar, seus processos foram completamente dissociados da administração moderna. Com esta apresentação, os autores chegaram à conclusão de que o ensino superior europeu perdeu competitividade a nível internacional, o que reduziu a atratividade do sistema educacional em comparação com outros países, em particular com Estados Unidos da América, que se apresentava como o destino mais atraente para o desenvolvimento de estudos, tanto na graduação como na pós-graduação, bem como para a realização de pesquisas, inclusive para estudantes europeus.

A situação exigia reformas estruturais urgentes na educação, tendo em conta que o ensino superior nos países desenvolvidos é considerado um motor para a promoção de uma economia baseada no conhecimento. Consequentemente, as políticas, programas e práticas do ensino superior são cada vez mais cooptados e moldados por interesses geoestratégicos políticos e econômicos mais amplos. Alguns setores, entretanto, tendem a negar ou ocultar a interconexão global desses elementos, insistindo em projetar a educação superior, espe-

cificamente em nível nacional ou regional. Essas abordagens tornam difícil entender as relações e interações densas e complexas entre setores de educação, políticas econômicas e interesses sociais que são gerados por relações múltiplas de escala e influências globais no ensino superior.

Até a década de 1990, os sistemas de ensino superior dos países europeus eram quase inteiramente orientados para suas realidades internas, exceto, de acordo com Susan L. Robertson (2009), o Reino Unido (e em menor medida, França e Alemanha). A proposta de 'internacionalização' da educação surgiu após a criação e consolidação da União Europeia.

Os planos de estudos, programas, mobilidade estudantil, carreiras e processos de investigação eram orientados, principalmente, para parceiros europeus e processos de europeização, mas com indicações de reivindicações globais. Portanto, não é difícil entender o que levou grande parte da Europa a promover a reforma e a unificação do Ensino Superior, para além da realidade de cada país, com pouca sintonia com o projeto de uma Europa unida. Isso representava claros sinais de fragilidade no processo de formação de novos empregos.

Somente após 1993 a UE inicia medidas para manter os empregos e um debate sério sobre as soluções para o problema do desemprego numa perspectiva comunitária, não apenas numa posição nacional. O debate começou no contexto do *Livro Branco sobre o Crescimento, a Competitividade e a Comissão de Emprego* (1994), mas o texto era mais conhecido por Relatório Delors. O relatório propôs soluções concretas para melhorar a situação do emprego. Além disso, sublinhou o desenvolvimento da educação e da formação como uma das condições para a emergência de um novo modelo social crescente. De acordo com o relatório

Frente a los numerosos desafíos del porvenir, la educación constituye un instrumento indispensable para que la humanidad pueda progresar hacia los ideales de paz, libertad y justicia social. Al concluir sus labores, la Comisión desea por tanto afirmar su convicción respecto a la función esencial de la educación en el desarrollo continuo de la persona y las sociedades, no como un remedio milagroso -el «Ábrete Sésamo» de un mundo que ha llegado a la realización de todos estos ideales- sino como

una vía, ciertamente entre otras pero más que otras, al servicio de un desarrollo humano más armonioso, más genuino, para hacer retroceder la pobreza, la exclusión, las incomprensiones, las opresiones, las guerras etc. (DELORS, 1996, p. 7).

O relatório destaca a importância do papel docente e a necessidade de melhorar sua educação, condição social e condições de trabalho. Também destaca a importância da tecnologia a serviço da educação, bem como de pessoas preparadas para lidar com as técnicas e ferramentas que podem facilitar o processo educacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode notar, a Universidade como instituição pertencente ao sistema social, revelou sua importância desde seu nascimento como âmbito de interlocução acerca dos problemas que orbitam o ser e, também, sobre as questões organizativas do sistema social. O contexto de cada fase histórica aqui descrita, teve sua influência nas abordagens dessa instituição e sua resposta à sociedade. O contexto atual iniciado com a criação do 'Estado-nação' convida essa instituição a desempenhar um novo e preponderante papel na nova configuração social engendrada pelas novas tecnologias posta em marcha com o advento da revolução industrial e desembocando na era digital, atribuindo a esse novo componente condição *sine qua non* para o sistema produtivo, para as relações de produção e, em consequência, para o sistema de formação e a inserção laboral.

Nesse novo ambiente as universidades são convidadas a desempenhar um novo papel, já que sua configuração está intimamente relacionada ao conhecimento, advindo da investigação científica e desenvolvimento tecnológico, constituindo-se como um importante pilar para o desenvolvimento da sociedade e suprimento de suas necessidades.

A lógica desse processo, ironicamente, mostra uma forte ligação entre a universidade e as demandas do mercado. Por outras palavras, o seu âmbito de aplicação conduz a uma eficaz adaptação dos seus instrumentos para responder adequada e eficazmente aos problemas e desafios

colocados pelo novo sistema de produção, definindo, portanto, uma nova fase do sistema universitário cuja atribuição principal passa a ser a tarefa de formar profissionais para essa nova sociedade.

Essa reconfiguração do sistema universitário tem provocado um amplo debate na Comunidade acadêmica e nos faz refletir sobre o papel dessa instituição, considerando as possíveis distorções de seu papel histórico, já que, formar mão de obra para o trabalho, em momento algum foi sua prioridade e sim focar em questões mais amplas relacionadas com a produção de conhecimento oriundo da investigação científica.

REFERÊNCIAS

- IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. **Filosofia**: 3ª série: ensino médio. São Paulo: Ática, 2007.
- DELORS, Jaques. **La educación encierra un tesoro** - Informe a la UNESCO de la Comisión Internacional sobre la Educación para el Siglo XXI. ONU, 1999.
- LIVRO BRANCO sobre o crescimento, a competitividade e a comissão de emprego. **Observatório Nacional**, 1994. Disponível em: <https://on.eapn.pt/documento/1994-livro-branco-sobre-crescimento-competitividade-e-emprego/>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- O PROCESSO de Bolonha e o Espaço Europeu de Ensino Superior. **Universidade de Coimbra**. Disponível em: https://www.uc.pt/candidatos-internacionais/sistema_graus/processo-bolonha. Acesso em: 18 fev. 2021.
- SUSAN L. Robertson. El proceso de Bolonia se vuelve global: modelo, mercado, movilidad, fuerza intelectual, ¿o estrategia para la construcción del Estado? **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, set./dez. 2009.

Recebido em: 14 de Dezembro de 2020

Avaliado em: 20 de Fevereiro de 2021

Aceito em: 20 de Fevereiro de 2021
